

## **A MODERNIDADE PREDATÓRIA NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO**

*André Dias*

### RESUMO

O presente artigo analisa as crônicas “As enchentes” (1915), “A derrubada” (1914), “Sobre o desastre” (1917), “Megalomania” (1920) e “Melhoramentos” (1922), de Lima Barreto. Nele, busca-se avaliar como o escritor questiona as concepções de modernidade defendidas pelos setores hegemônicos da sociedade brasileira do início do século XX. Por fim, serão discutidas a atualidade e a pertinência das questões abordadas pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto; crônicas; sociedade.

**A**s sucessivas marchas que tomaram o Brasil ao longo de junho de 2013 trouxeram, além de espanto e admiração, diversos recados das ruas para o poder público, há muito encastelado em seus gabinetes, palácios e plenários. Uma mensagem foi democraticamente enviada a todas as legendas partidárias, independente da tendência ideológica: “sem partido” era o que se lia em muitos cartazes e se ouvia durante as manifestações. Essa fala evidencia o cansaço e o desencanto de uma parcela significativa da população com a política partidária tradicional, que, invariavelmente, tem representado interesses corporativos das mais diversas naturezas. Não é difícil perceber que tais interesses atendem, na maior parte do tempo, às expectativas dos grupos de poder, sedentos por “negócios” que possam lhes garantir uma rentabilidade de colocar inveja no usuário mais empedernido.

Infelizmente, no país, os representantes políticos têm dado provas cabais, e não é de hoje, do seu divórcio dos anseios populares. Amparados por legislações atrasadas, leis que beneficiam interesses pessoais e contando com

a complacência dos pares, muitos políticos se creem feitos de outra matéria, diferente, é claro, daquela que forja a malta de famintos, de miseráveis e da classe média, que tem pago a fatura dos desacertos oficiais. As mensagens das ruas foram muito significativas, pois subverteram a ordem e impuseram, ainda que momentaneamente, uma agenda para o país. A agenda, se não era de todo nova, ao menos foi exigida por aqueles que pareciam descrentes de qualquer mudança. Esses reivindicavam mais investimentos na educação, na saúde, no transporte, fim da corrupção, fim da violência, democratização do espaço urbano. Essas e tantas outras reivindicações foram feitas nas ruas do país na despedida daquele outono de esperanças e incertezas.

Passados quase dois anos dos episódios de 2013, pairam no ar o resíduo da frustração e o sentimento de inconformismo, provocados por um tipo de autoritarismo oriundo da força predatória da corrupção. Não importando se sorrateira ou ostensiva, a corrupção se impõe como prática social incontornável, pelo menos até aqui. No Brasil, ela se comporta como uma erva daninha que nasce em quase todo tipo de solo e se alastra fazendo adoecer gravemente o Estado de Direito. Como consequência, o país – atingido pelos cinismos das práticas e discursos “mágicos”, capazes de explicar o inexplicável e justificar o que não tem justificativa –, segue a passos largos pelo perigoso caminho de instabilidades das mais diferentes naturezas.

O que pode a Literatura diante do quadro apresentado? Servir como adorno de classe ou passatempo de luxo? Lançar os indivíduos em “viagens” escapistas e edulcoradas? Funcionar como uma pergunta ou provocação para todo aquele que se lança em seus domínios? Ser uma forma sutil de resistência a toda sorte de autoritarismos? As respostas vão variar, parece certo, de acordo com as escolhas de cada leitor, com os temas e o trabalho de linguagem de diferentes autores e suas obras. É bem possível, até mesmo, que as alternativas apresentadas não atendam as expectativas de muitos. Contudo, acreditamos que o ofício de contar histórias faz com que o pensamento de alguns escritores não só atravesse o tempo, como ajude a iluminar questões fundamentais sobre o chamado mundo real.

Mikhail Bakhtin, ao abordar o grande tempo histórico e o trabalho dos escritores, chama atenção para a seguinte questão: “o próprio autor e os seus contemporâneos vêem, conscientizam e avaliam antes de tudo aquilo que está mais próximo do seu dia de hoje. O autor é um prisioneiro de sua época, de

sua atualidade. Os tempos posteriores o libertam dessa prisão, e os estudos literários têm a incumbência de ajudá-lo nessa libertação” (BAKHTIN, 2003, p. 364). O filósofo russo destaca o fato de que todo autor, para o bem e para o mal, é antes de tudo um homem de seu tempo. A tarefa daqueles que leem e se ocupam dos estudos literários é cooperar para que as formulações dos variados escritores sejam atualizadas pelo crivo da leitura. Dito de outra maneira, o trabalho de leitura e investigação literária abre as portas para que os escritores sejam, ao mesmo tempo, homens do passado, do presente e do futuro.

A partir do exame sistemático das crônicas “As enchentes” (1915), “A derrubada” (1914), “Sobre o desastre” (1917), “Megalomania” (1920) e “Melhoramentos” (1922), serão avaliadas neste trabalho as concepções de modernidade defendidas pelos setores hegemônicos da sociedade brasileira do início do século XX. Serão avaliadas ainda as questões da suposta vocação cosmopolita do Rio de Janeiro e a crença quase inabalável no progresso como resposta aos males da sociedade. Por fim, serão discutidas a atualidade e a pertinência das questões abordadas nas crônicas do escritor carioca. Cabe ressaltar, ainda, que a seleção das crônicas do autor para a análise obedeceu a um critério temático e não, necessariamente, cronológico.

Em um primeiro momento, entre os anos de 1907 e 1918, as crônicas de Lima Barreto foram publicadas nos jornais da época com uma periodicidade ainda irregular. Somente a partir do período que se estende do ano de 1919 até pouco antes de sua morte em 1922 é que o escritor teria uma participação mais constante na imprensa. A face cronista do romancista também expressava sua opção por desafinar o coro dos contentes. Esta marca acompanharia o escritor ao longo de toda sua trajetória existencial e intelectual.

Apesar do caráter perecível do jornal, suporte original da crônica, “que se compra num dia e no dia seguinte é usado para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha” (CANDIDO, 1992, p.14), como bem nos advertiu o mestre Antonio Candido em “A Vida ao Rés-do-Chão” (1992), as crônicas de Lima Barreto chegam a esse início de século com uma atualidade achapante. Nelas, nos defrontamos com o intelectual dissonante que compreendeu, entre outras questões, que, para o tipo de classe dominante existente no Brasil da Primeira República, mais importante do que a consistência era a aparência. Afinal de contas, a própria ideologia de civilização e modernidade no país fundara-se sobre as bases da aparência, não na consistência. Se essa

situação não fosse um fato concreto, como explicar, por exemplo, já naquele momento, o abandono da busca de soluções eficientes para questões fundamentais como a falta de água, moradia, transportes e saúde que assolavam o Rio de Janeiro, capital do país?

A crônica intitulada “As Enchentes”, publicada originalmente em 19 de janeiro de 1915 no jornal *Correio da Noite*, mais tarde reunida em *Vida Urbana* (1956), volume XI das obras completas de Lima Barreto, dá uma boa medida da questão.

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas.

Além da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre os vários pontos da cidade, essas inundações causam desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis.

De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. [...]

O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. [...]

O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. [...]

Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social. (BARRETO, 1956, p. 77).

O texto é um exemplo acabado do olhar implacável do crítico do cotidiano da cidade e da atuação dos homens públicos e suas máquinas burocráticas. Em pouco mais de vinte linhas, o escritor apresenta um quadro muito conhecido dos cariocas do passado e, lamentavelmente, do presente também. Desde aquele tempo, as chuvas expunham as condições precárias do saneamento da cidade, que tanto transtornavam e ainda transtornam a vida das pessoas. Além disso, Lima Barreto denuncia com denodo a ineficiência dos serviços públicos,

sempre enredados nos labirintos da inércia. Ele questiona também a capacidade administrativa do todo-poderoso prefeito Pereira Passos, visto por muitos como um paladino da modernidade. Por fim, o romancista mostra claramente que tanto o governo quanto uma parcela significativa dos cidadãos estavam mais preocupados com os aspectos superficiais das questões que envolviam a vida da cidade. Sem dúvida alguma, a capacidade de síntese, a mirada perspicaz e o espírito crítico do intelectual são impressos na presente crônica com muita propriedade. O modo como ele narra os fatos, a temática abordada e a ironia impressa na montagem do texto se unem em favor da construção do vigoroso discurso crítico do escritor.

Na contramão dos discursos modernizantes que pretendiam construir uma imagem cosmopolita do Rio de Janeiro, tendo como modelo urbanístico Paris, Lima Barreto, na crônica “A Derrubada”, publicada pela primeira vez no *Correio da Manhã*, em 31/12/1914, e depois reunida em *Marginália*, (1956), volume XII das obras completas do escritor, efetua uma forte crítica à cobiça desmedida dos “construtores de avenidas”. O escritor parte de um assunto absolutamente irrelevante para a vida concreta dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, a retirada ou não das grades do Passeio Público, e desloca o eixo da questão para o problema da derrubada descontrolada de árvores, esse sim, assunto relevante e absolutamente atual:

Eu não me atrevo mesmo a dar opinião sobre a retirada das grades do Passeio Público. Hesito.

Mas, uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada de árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a aridez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável.

Nos subúrbios, as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras piedosos tamarineiros, vão sendo ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas

Dentro em breve, não restarão senão uns exemplares dessas frondosas árvores, que foram plantadas mais com o pensamento nas gerações futuras, do que mesmo para atender às necessidades justas dos que lançaram as respectivas sementes à terra. (BARRETO, 1956, p. 87-88)

Chama atenção a capacidade do escritor de perceber que as transformações da cidade obedeciam à lógica da ganância, que não se furtava em ser predatória em nome do progresso, aqui representado pela abertura das avenidas. Além disso, muito antes dos debates de caráter ambiental e ecológico entrarem na pauta das discussões, como vemos no presente, Lima Barreto lançava luz sobre tais questões, apontando um problema que se iria se agudizar ainda mais no futuro, que é nosso presente. “A Derrubada” já intuía com propriedade as mudanças no modo de vida na cidade que estavam por vir, assim como os impactos que tais transformações “modernizadoras” traziam para a vida do homem simples, quase nunca consultado sobre os destinos do espaço urbano.

Na crônica “Sobre o Desastre”, publicada inicialmente na *Revista Época*, em 20/07/1917, e depois reunida no volume I da obra *Toda a Crônica*, organizada por Rachel Valença e Beatriz Rezende (2004), o cronista lança seu olhar para a questão das transformações urbanísticas do Rio de Janeiro, que, a seu ver, eram incompatíveis com a paisagem natural e a vocação da cidade.

No texto em questão, Lima Barreto utiliza uma estratégia singular para o estabelecimento de sua crítica. O autor abre a crônica falando sobre a grande comoção causada por um “desastre” ocorrido na Rua da Carioca, relata o debate acalorado desenvolvido em torno do tema e, ironicamente, chama atenção para a efemeridade da memória popular, que em pouco tempo já terá apagado da mente tal questão:

Viveu uma semana a cidade sob a impressão do desastre da rua da Carioca. A impressão foi tão grande, alargou-se por todas as camadas, que temo não ter sido de tal modo profunda, pois imagino que, quando saírem a luz estas linhas, ela já se tenha apagado de todos os espíritos. (BARRETO, 2004, p.133)

O mais curioso é que chegamos ao fim da crônica sem saber ao certo a natureza do desastre. No decorrer da leitura inferimos que se tratava de um possível desabamento de prédio acontecido numa das ruas mais famosas e movimentadas do Rio de Janeiro. O desastre, que dá título à crônica, funcionou apenas como um ponto de partida para a construção de uma análise mais detalhada das transformações pelas quais passava a cidade no início do século XX. O cronista olha para a questão da multiplicação de prédios que invadem a paisagem

da cidade, atribuindo tal transformação ao suposto processo de modernização. Entretanto, na sua perspectiva, o que para muitos era tido como modernização para ele não passava de imitação barata do modo de vida norte-americano e da cobiça especulativa: “É por imitação, por má e sórdida imitação dos Estados Unidos, naquilo que têm de mais estúpido – a brutalidade. Entra também um pouco de ganância, mas esta é acorçoada pela filosofia oficial corrente que nos ensina a imitar aquele poderoso país.” (BARRETO, 2004, p. 132).

Além de destacar os problemas da imitação e da ganância, o escritor critica o aspecto do crescimento urbano vertical, tomando como referência as diferenças entre a topografia do Rio de Janeiro e de Manhattan:

O Rio de Janeiro não tem necessidade de semelhantes “cabeças-de-porco”, dessas torres babilônicas que irão enfeá-lo, e perturbar os seus lindos horizontes. [...] Nós não estamos como a maior parte dos senhores de Nova York, apertados, em uma pequena ilha; nós nos podemos desenvolver para muitos quadrantes. Para que esta ambição então? Para que perturbar a majestade da nossa natureza, com a plebéia brutalidade de monstruosas construções? (BARRETO, 2004, p. 132)

Olhada à distância, em um primeiro momento, a crítica de Lima Barreto pode parecer a de um passadista, sem visão de futuro, atado à memória daquilo que foi, mas não é mais, ou simplesmente podemos supor estar diante de um indivíduo anacrônico. Contudo, passados quase cem anos de sua primeira publicação, nota-se a atualidade temática da crônica “Sobre o Desastre”, pois ela faz perceber, por exemplo, que os problemas da especulação imobiliária, do crescimento urbano desordenado e da transformação da paisagem da cidade têm se constituído como os verdadeiros desastres do presente. Além disso, a crônica revela um aspecto relevante de um discurso oficial marcadamente autoritário, mas travestido com o manto da modernidade e do bem estar público. Nesse sentido, o discurso literário, quando encarado como provocação à reflexão, tem muito a contribuir para o questionamento e tomada de posição, por parte dos leitores, em relação a toda sorte de arbitrariedade a que estão submetidos os cidadãos no cotidiano da cidade de ontem e de hoje.

Em “Megalomania”, publicada originalmente na revista *Careta*, em 18/08/1920, e depois reunida em *Coisas do Reino de Jambon* (1956), volume VIII das obras completas do romancista, temos novamente o olhar aguçado do cronista para as transformações arquitetônicas e urbanísticas pelas quais a cidade passava. Chama a atenção, de maneira especial, a perspicácia do escritor que, mais do que descrever as transformações em andamento na cidade, exercita o espírito crítico e independente frente à nova ordem que se instaurava.

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras.

São reformas santuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de *Mil e Uma Noites* e outras cousas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível.

Houve um até que aventou a idéia do Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal construírem um prado de corridas no Leblon, visto, diz a tal publicação textualmente, gastar-se tanto dinheiro em coisas inúteis. (BARRETO, 1956, p. 123 – 124).

A passagem apresentada demonstra como as questões referentes à modernização da cidade eram pautadas não apenas pelo poder público, mas também pelo interesse privado que tinha voz e vez nos diversos jornais da cidade, porta-vozes, em grande parte do tempo, dos interesses econômicos. A descrição sarcástica do cronista revela a desfaçatez do poder econômico em propor às autoridades projetos nababescos, em que poucos ganhariam muito em prejuízo dos menos afortunados.

Na crônica em análise, ao fim de sua leitura, não fica evidenciada a aquiescência das autoridades à proposta. Contudo, aqueles que conhecem minimamente a geografia da cidade do Rio de Janeiro sabem que no bairro da Gávea, vizinho ao Leblon, em 11 de julho de 1926, foi inaugurado o atual *Jockey Club Brasileiro*. O belo prédio da Gávea foi projetado pelos arquitetos Francisco Couchet, francês radicado no Rio, e pelo brasileiro Archimedes Memória, responsável por grandes obras da cidade como, por exemplo, o Pa-



lácio das Indústrias (atual Museu Histórico Nacional), o altar-mor da Igreja da Candelária e o Palácio Tiradentes. A pergunta que fica é: será que a construção do *Jockey*, fruto da iniciativa privada, contou com algum tipo de incentivo fiscal do poder público da época?

Na sequência da crônica mantém-se o tom irônico do escritor, que, diante de proposta tão estapafúrdia publicada em artigo no jornal, compreende como se dá o jogo de interesse e a medida das coisas quando o assunto é a especulação econômica. Aliás, interesse diretamente atrelado a uma visão de classe dominante, cujo dinheiro é capaz – na visão de boa parte dos abastados – de resolver todos os impedimentos, assim como apaziguar qualquer consciência. Todavia, o escritor não titubeia diante de tal canto de sereia e segue fazendo uma crítica pertinente, com toques de fino sarcasmo.

É claro que o autor da idéia acha coisa de suma utilidade um prado de corrida e as razões que apresenta, são de tal ordem que se o artigo fôsse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar.

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante idéia, é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra. Para êle, um prado é coisa de utilidade social, porque lá podem ser exibidas vistosas *toilettes*. (BARRETO, 1956, p. 124).

A ironia domina plenamente o segmento em análise e o leitor é tomado de assalto pelo riso. Porém, não se trata do riso fácil, proveniente das comédias de situação, típicas do humor “pastelão”, no máximo uma comédia dos erros. Mesmo assim, o riso em questão não é aquele feito para entreter e, em seguida, esquecer-se do ocorrido. O riso aqui está associado à condição patética que a humanidade pode assumir, quando ela é confrontada com as práticas mais calhordas, embaladas por suaves cantos de suposta modernidade e desenvolvimento civilizatório. Entretanto, faz-se necessária a pergunta: modernidade e civilização para quem? Para os desprotegidos socialmente, decerto que não. Para os mais simples e menos sofisticados, também não. O fato é que desde

sempre, no Brasil, palavras como modernidade e civilização fazem parte do universo cultural de alguns poucos, em prejuízo de muitos.

A violência simbólica imposta à totalidade da sociedade e expressa pela ideia da construção do Prado pelo poder público, em uma cidade desigual como o Rio de Janeiro, encontra seu equivalente, porém às avessas, na proposta desabusada do cronista: "...se o artigo fôsse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres... (BARRETO, 1956, p. 124.). Dito de outra forma, o escritor esperava que o autor de ideia tão canalha fosse apedregado por aqueles que sempre sofrem mais diretamente as consequências dessas concepções corsárias.

Próximo do fim da crônica, o escritor apresenta uma sentença que, excluída a data de publicação do texto, poderia muito bem ser destinada a parte significativa das classes dominantes do Brasil de hoje. Chama atenção a atualidade das reflexões de Lima Barreto, sobretudo, quando olhamos para o Rio de Janeiro do presente e as intervenções urbanísticas e de mobilidade executadas na cidade pelos atuais governantes. Diz o cronista: "tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas". (BARRETO, 1956, p.124)

Mantendo a coerência irônica, o escritor faz no trecho apresentado uma generalização, imputando supostamente a todos o comportamento megalômano. Todavia, ao ser analisado com mais atenção, o excerto revela as sutilezas de um crítico refinado e que soube dar à palavra o devido trato estilístico. Quando o autor fala que todos estão atacados de megalomania, há aí uma generalização de efeito irônico. Tal fato se dá em decorrência do não protagonismo dos mais pobres. Por mais embasbacados que os menos abonados viessem a ficar com a construção do Prado ou qualquer outra obra pública ou privada desenvolvida no Rio de Janeiro, jamais lhes seria concedida, de fato, voz e vez de escolher os destinos da cidade. Daí se conclui que tanto no passado como no presente o debate sobre os destinos da cidade, do estado e do país ficam, quase sempre, no plano da promessa. O que se tem efetivamente são governantes agindo, em grande parte do tempo, de modo autoritário e comprometidos com interesses distantes das necessidades concretas da sociedade como um todo.

Na crônica “Melhoramentos”, publicada pela primeira vez em 27/05/1922, na revista *Careta*, e depois reproduzida em *Marginália* (1956), volume XII das obras completas do autor, tem-se novamente um escritor que faz da síntese sua constante estética e da ironia seu mote principal. Do título ao texto em si, tudo aponta para a mordaz crítica feita aos governantes que tinham como bandeira o discurso da modernização. Na prática, porém, o que é desvelado no texto são os primórdios da transformação da cidade do Rio de Janeiro em “cidade partida”. A expressão cunhada por Zuenir Ventura dá título à obra lançada em 1994, que se constituiu como um marco do jornalismo literário. O jornalista e escritor fez um exame consistente da cisão territorial, social e econômica a que a cidade do Rio foi submetida entre as décadas de 50 e 90 do século XX. Contudo, ao ler hoje os romances, contos e crônicas de Lima Barreto, sai-se com a convicção de que as bases para aquilo que Zuenir Ventura viria a descrever e analisar tão bem em seu livro já se encontravam amplamente disseminadas nas práticas dos governantes do início do século XX.

A crônica “Melhoramentos” (1922) ajuda a compreender bem o tratamento destinado àqueles habitantes do “outro lado da cidade”, distantes da brisa marítima e do “bom gosto” do Centro. Em seis curtos parágrafos, sem abrir mão do sarcasmo, Lima Barreto consegue desmontar a imagem de cidade moderna erigida pelo discurso oficial. Assim diz o escritor nos parágrafos iniciais:

É inegável que a atual administração municipal tem muito trabalho para a perfeição dos serviços que lhes são afectos. Haja vista o aperfeiçoamento do morro de Santo Antônio que tem inundado de lama todo o centro da cidade, a qualquer chuvarada. Onde, porém, o digno prefeito contemporâneo se há mostrado uma capacidade em matéria de edilidade, é nos subúrbios. (BARRETO, 1956, p. 146).

Na primeira frase já é dado o tom norteador de todo o texto, a saber, o deboche. O escritor afirma o contrário do que pretende realmente dizer, criando assim o efeito de sentido do humor destabilizador dos valores da ordem vigente. A força do argumento apresentado pelo cronista encontra seu ápice na descrição da situação do Morro de Santo Antônio, localizado no Centro do Rio de Janeiro. Ao descrever o local como fonte de inundação do

Centro da cidade, o escritor expõe exatamente aquilo que o poder público tenta esconder ou maquiagem para tornar imaculada a imagem de cidade moderna e vocacionada para o desenvolvimento. Em última instância, eram expostas as entranhas de um progresso de fachada, muito difundido pela propaganda oficial e percebido de modo difuso, mesmo nas áreas nobres da cidade, como era o caso do Centro. O projeto de modernização do país iniciado no Rio de Janeiro, naquele momento, era questionado frontalmente por uma pequena crônica, aparentemente desimportante e sem intenção de funcionar como tratado científico. Na sua despreensão o texto foi firme o suficiente para, a seu modo, denunciar que o progresso tão alardeado não era tão efetivo, nem mesmo nas áreas eleitas para a sua implantação.

Se nas zonas eleitas para a efetivação o famigerado progresso deixava antever de modo claro suas contradições, o que esperar das áreas distantes desse eixo? Mais uma vez a ironia do escritor provoca o riso, primário-irmão da desconfiança, em relação à capacidade administrativa dos governantes. Afirmando o contrário do que realmente cria, o escritor acentua o teor da crítica aos políticos ao destacar a suposta capacidade do prefeito em gerenciar a região dos subúrbios. O que está em questão no texto apresentado não é a simples antipatia de um escritor “ranzinza” em relação aos governantes, mas a condição cindida de uma cidade pretensamente moderna, porém carregada de contradições. A situação de abandono e esquecimento dos subúrbios ajuda o leitor do passado e do presente a ter uma ideia nítida do tamanho do engano da suposta racionalidade sustentadora da lógica encerrada nas concepções de modernidade do início do século XX.

O subúrbio descrito no texto de Lima Barreto não é apenas o lugar dos esquecidos. Ele é também o lugar em que o capital financeiro – muitas vezes com a conivência do poder público – dita a velocidade do progresso, naturalmente de acordo com seus interesses. Todavia, em se tratando de pacto, ainda que não declarado, entre a administração pública e o capital, tudo é esperado, como se vê a seguir:

Tôda a gente conhece, pelo menos de nome, a Estrada Real de Santa Cruz, hoje Avenida Suburbana. Pois bem. Num trecho dela que enfrenta com as obras de uma fábrica que um conhecido capitalista está construindo, entre Todos os Santos e

Inhaúma, a nossa municipalidade descarregou há alguns meses dezenas de “meios-fios” ou que outro nome tenham, para calçamento da mesma.

Tais pedrouços que se destinavam a facilitar o rolamento das carroças, acabaram, graças ao esquecimento do senhor prefeito e seus auxiliares, a ser um estôrvo para toda a espécie de veículos. Admira-me que o capitalista que está construindo a tal fábrica, [...] não tenha ainda obtido do Senhor Sampaio o aproveitamento de tais pedregulhos ou senão a sua remoção do local em que estão. (BARRETO, 1956, p. 146)

Chama atenção o fato de o cronista ressaltar que toda a gente conhece a Avenida Suburbana, pelo menos de nome. Inicialmente a afirmação passa até despercebida em razão de expressar um fato prosaico. Todavia, se a lemos com mais cuidado ela pode exprimir uma visão do tipo de relação que muitos cariocas de então mantinham com os subúrbios: conhecer apenas de ouvir falar. Esse fato ajuda a entender o lugar do esquecimento, da desatenção, do abandono e da divisão ocupado pelos subúrbios na geografia política urbana. O tempo era de apregoar a modernização da cidade e, por extensão, do país. As práticas em relação aos subúrbios, contudo, eram a da entrega à própria sorte, a do arremedo de administração e da titubeante noção de desenvolvimento, conduzida majoritariamente pelas mãos da iniciativa privada.

É bastante didático o segmento da crônica que descreve a ação desleixada da administração pública. Esta, ao “esquecer” os meios-fios pelas ruas de Todos os Santos, obstruía não apenas o caminho do cidadão comum, mas o do próprio progresso, ainda que este fosse mediado por interesses privados. Ou seja, aquela que deveria zelar pela ordem e desenvolvimento era a primeira a promover a desordem e a dificultar mais ainda a vida de todos. Próximo do fim do texto, o escritor destaca de modo irônico a espantosa morosidade do poder público. O que há de mais revelador na passagem é o fato de tal morosidade ser capaz de tragar não apenas o homem simples, mas também o poder do capital. Em outras palavras, a relação com administração pública brasileira não é para principiantes. O texto permite ver que ela não respeita nenhum tipo de pacto, nem os oficiais, tampouco os extraoficiais sempre presentes nas mais diferentes camadas da sociedade brasileira.

O conjunto de crônicas analisado até aqui remonta a um período que se estende entre os anos de 1914 a 1922, com alguns intervalos. Os cinco textos selecionados expressam bem a voz potente, porém distante do poder que foi Lima Barreto. A independência em relação às diversas estruturas de poder ajudou a dar forma a uma obra marcadamente crítica. Com seu discurso literário, o autor carioca esquadrinhou como ninguém os meandros do poder político e econômico da Primeira República. Soube expressar, com rara felicidade, as contradições de um país que se pretendia moderno, mas encontrava-se atavicamente vinculado a um passado obscuro, de atrasos e muito pouco democrático, do qual o sonho republicano prometera se desvincular.

Os textos do criador do Major Quaresma não dão margem para dúvidas de que a promessa de felicidade republicana jamais se cumpriu na íntegra. O mais assustador de tudo, no entanto, é olhar para o Brasil atual e ainda reconhecer nele muitos dos males denunciados pelo escritor no início do século XX. Nesse sentido, a obra de Lima Barreto, dependendo da leitura que se faça, pode tanto suscitar um sentimento de decepção, como também pode provocar seus leitores, tornando-os inconformados ante toda sorte de autoritarismo presente na sociedade, independente se do passado ou do presente.

No âmbito da Literatura Brasileira, Lima Barreto escreveu como poucos em seu tempo, tamanha a capacidade crítica do seu enfoque. O romancista carioca sobreviveu e ultrapassou sua época em função da pertinência e atualidade de seus escritos. A obra do escritor, ao ser retomada pelos leitores das sucessivas gerações até chegar aos dias de hoje, deixa entrever seu vigor. Tanto no momento em que foi publicada, como nesse estranho tempo presente, ela continua a provocar pelo olhar de desconfiança e descrença que lança sobre as certezas indiscutíveis existentes em todos os momentos históricos.

Lima Barreto foi cronista certo que soube fazer da palavra um instrumento contundente de análise, crítica e desmistificação de verdades supostamente inquestionáveis. O romancista que nos legou Policarpo Quaresma, Clara dos Anjos, Isaías Caminha, Gonzaga de Sá e tantos outros personagens oriundos dos subúrbios sem encantos, onde residem os humilhados e ofendidos a quem tão bem soube dar voz e expressão, é o mesmo Lima Barreto que,

como jornalista, trilhou o caminho da crônica, sempre fiel ao princípio da dissonância quando o assunto era captar o espírito de seu tempo.

Ler a obra de Lima Barreto é uma oportunidade de encontrar um país que não está presente nas fotos oficiais. Mergulhar no universo literário do cronista é abrir-se para o discurso do outro, que é sempre o estranho e pode gerar desconforto. Todavia, mais do que desconforto, a palavra que, talvez, resuma melhor o caminho artístico do romancista é inquietação. Esse sentimento que transborda das narrativas de Lima Barreto e acaba por contagiar os leitores de espírito livre encontra sua melhor tradução na seguinte afirmação: “como o corpo se forma inicialmente no seio (corpo) materno, assim a consciência do homem desperta envolvida pela consciência do outro”. (BAKHTIN, 2003, p. 374). A afirmação do pensador russo chama atenção para o fato de a palavra do outro ser fundamental para a tomada de consciência de si e do mundo. Nesse sentido, visitar a potente obra de Lima Barreto é ter a oportunidade de se conhecer melhor e, ao mesmo tempo, melhor compreender tanto o passado, quanto o presente republicano do país.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 7ª ed., 1988.
- BARRETO, Lima. *Coisas do reino de Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. Vol. VIII das *Obras Completas*. (Org.) Francisco de Assis Barbosa et alii.
- \_\_\_\_\_. *Vida urbana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. Vol. XI das *Obras Completas*. (Org.) Francisco de Assis Barbosa et alii.
- \_\_\_\_\_. *Marginália*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. Vol. XII das *Obras Completas*. (Org.) Francisco de Assis Barbosa et alii.
- \_\_\_\_\_. *Lima Barreto: toda crônica*. (Org.) Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir Editora. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Triste fim de Policarpo Quaresma: edição crítica*. (Org.) Antônio Houaiss & Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. Madri; Paris, México, Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. Coleção Arquivos: 1ª ed.; vol 30.

CANDIDO, Antonio [et al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

## **THE PREDATORY MODERNITY IN THE CHRONICLES OF LIMA BARRETO**

### **ABSTRACT:**

This article analyses the Lima Barreto's chronicles "As enchentes" (1915), "A derrubada" (1914), "Sobre o desastre" (1917), "Megalomania" (1920) and "Melhoramentos" (1922), and it attempts to evaluate how the writer questions the concepts of modernity defended by the Brazilian society's hegemonic sectors in the early twentieth century. Finally, discusses the topicality and the relevance of the issues addressed by the author.

**KEYWORDS:** Lima Barreto; chronicles; society.

Recebido em: 14/10/2014

Aprovado em: 15/01/2015